

ÓRGÃO: CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DO CFC

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO CRCMG Nº 2024/000529

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR

RELATORA: ITAJAY MARIA SOARES

**EMENTA. FISCALIZAÇÃO. ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL. COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA IRREGULAR. MAIORIA DO CAPITAL SOCIAL DETIDA POR SÓCIOS NÃO CONTADORES. IMPOSSIBILIDADE DE REGISTRO DA PESSOA JURÍDICA COMO ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL. INFRAÇÃO AO ART. 15 DO DECRETO-LEI Nº 9.295/46, À LEI Nº 6.839/80 E AO ART. 3º DA RES. CFC Nº 1.708/2023. DEFESA TEMPESTIVA. RECURSO VOLUNTÁRIO. ALEGAÇÃO DE AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA INTERVENÇÃO MÍNIMA. INOCORRÊNCIA. MANUTENÇÃO DA PENALIDADE. 1. EMPRESA AUTUADA POR MANTER COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA EM DESCONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO CFC Nº 1.708/2023, APRESENTANDO APENAS 0,7% DO CAPITAL SOCIAL SOB TITULARIDADE DE CONTADORES, EM AFRONTA AO REQUISITO DE MAIORIA DE CAPITAL DETIDA POR PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE. 2. DEFESA TEMPESTIVA SUSTENTANDO A INCONSTITUCIONALIDADE DA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.708/2023, SOB ALEGAÇÃO DE QUE O NORMATIVO EXTRAPOLARIA OS LIMITES DA LEI, VIOLANDO O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE (ART. 5º, II, CF/88) E O PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA NAS RELAÇÕES PRIVADAS (ARTS. 421 E 421-A DO CÓDIGO CIVIL). 3. ARGUMENTOS AFASTADOS. O DECRETO-LEI Nº 9.295/46, COM A REDAÇÃO DA LEI Nº 12.249/2010, CONFERE COMPETÊNCIA NORMATIVA AO CFC PARA REGULAMENTAR O REGISTRO E A FISCALIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS, LEGITIMANDO A EXIGÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO MAJORITÁRIA DE CONTADORES NO CAPITAL SOCIAL, COMO MEDIDA DE GARANTIA DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA E DO INTERESSE PÚBLICO. 4. PROFISSÕES REGULAMENTADAS SUBMETEM-SE A REGIME JURÍDICO ESPECIAL, EM QUE A LIBERDADE CONTRATUAL É RELATIVIZADA POR RAZÕES DE ORDEM PÚBLICA, PREVALECENDO A PROTEÇÃO DA SOCIEDADE, A QUALIDADE TÉCNICA DOS SERVIÇOS E A INDEPENDÊNCIA PROFISSIONAL. 5. A COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA VERIFICADA COMPROMETE A AUTONOMIA DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS DIANTE DA SUPREMACIA DECISÓRIA DOS SÓCIOS NÃO HABILITADOS, CRIANDO RISCO CONCRETO À QUALIDADE E À CONFORMIDADE DOS SERVIÇOS. 6. RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E IMPROVIDO. MANUTENÇÃO DA PENALIDADE DE MULTA FIXADA PELO CRCMG.**

**DECISÃO:** A CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DECIDIU, POR UNANIMIDADE, **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO VOLUNTÁRIO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 1.126,00 (UM MIL, CENTO E VINTE E SEIS REAIS)**, NOS TERMOS DO ART. 27, ALÍNEA “B”, DO DECRETO-LEI Nº 9.295/46, C/C ARTS. 56 E 57 DA RES. CFC Nº 1.603/2020 E RES. CFC Nº 1.709/2023. UNÂNIME. DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 440ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA. DECISÃO HOMOLOGADA PELO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 473ª REUNIÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DE 19/03/2025.